



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO *EM E PARA* OS DIREITOS  
HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL - EEDH**

**EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS NO  
ENSINO FUNDAMENTAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA  
PROPOSTA MEDIADA PELO ORIENTADOR  
EDUCACIONAL**

**Andréia Santos Benvindo Radica**

Orientador: Alexandre de Carvalho Rodrigues da Silva

Brasília-DF

2015



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS  
HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL - EEDH**

Andréia Santos Benvindo Radica

**EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS NO  
ENSINO FUNDAMENTAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA  
PROPOSTA MEDIADA PELO ORIENTADOR  
EDUCACIONAL**

Pesquisa-intervenção apresentada como trabalho final do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Brasília-DF

2015

ANDRÉIA SANTOS BENVINDO RADICA

EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS NO ENSINO  
FUNDAMENTAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA  
MEDIADA PELO ORIENTADOR EDUCACIONAL

---

Professor Orientador: Alexandre de Carvalho Rodrigues da Silva

---

Professor Avaliador: Enrique Bessoni

Brasília-DF

2015

Dedico este trabalho aos meus filhos Giovanna, Giovanne e Giulia, vocês são minha conquista mais valiosa e fonte de inspiração para continuar crescendo. Dedico ao meu querido pai Agamenon (*Em memória*), o senhor me fez uma pessoa digna e seus ensinamentos permanecem em mim.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, e a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação. À minha mãe que hoje também é pai e luta bravamente para superar a falta do nosso amado Agamenon; pai, esposo e avô. Meu esposo, com sua capacidade de me incentivar sempre. Meus filhos, fonte de inspiração e motivação. Minhas irmãs, pelas palavras de apoio e incentivo. E finalmente aos meus professores que de alguma forma marcaram a minha trajetória e aos meus alunos que espero inspirar em busca de uma sociedade mais justa.

“Nós nos tornamos nós mesmos através dos outros.”

Lev Vygotsky.

## **RESUMO**

A educação é um processo que acontece desde o nascer até o final da vida. O ser humano aprende nas mais variadas situações cotidianas, e esse aprendizado acontece por meio da observação, da troca com o outro. O homem constitui sua personalidade e apreende a cultura do mundo que o cerca pela socialização, pela vivência em determinado espaço e tempo histórico. Contudo, é na escola que ela acontece de forma sistemática, com objetivos e métodos planejados buscando a formação de cidadãos conscientes e atuantes com vistas ao bem comum, ou seja, ocupados com os princípios democráticos e construção de uma sociedade mais justa. Vivemos a era da complexidade, na qual a individualidade, a competição acirrada, as desigualdades sociais, a intolerância, o não respeito às diversidades, e outros inúmeros indicadores são constantes na sociedade. Dessa forma, o presente estudo pretende conhecer como os Direitos Humanos podem ajudar na formação de valores mais solidários e humanos e consequentemente na construção de uma sociedade mais justa. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa na Escola Professor Francisco Alan, analisou-se os documentos e entrevistas feitas com professores do ensino fundamental. A pesquisa intervenção, tem como objetivo o estudo e análise da realidade, bem como a busca de caminhos para uma educação de qualidade. Assim, o estudo sugere a construção de uma proposta mediada pelo Orientador Educacional.

Palavras-Chave: Educação, Educação para os Direitos Humanos, Orientação Educacional.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
<b>CAPÍTULO 1- A EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>10</b>
1.1-BREVE HISTÓRICO .....	10
1.2- DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO.....	12
<b>CAPÍTULO 2: PESQUISA QUALITATIVA .....</b>	<b>15</b>
2.1-DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE .....	16
<b>CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>16</b>
3.1- ANÁLISE DOCUMENTAL.....	16
3.1.2- A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS.....	16
3.1.3 OS DIREITOS HUMANOS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO ALAN .....	18
3.2-O QUE DIZEM OS PROFESSORES .....	20
<b>CAPÍTULO 4- CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>28</b>



## **Apresentação**

O presente trabalho pretende refletir sobre o trabalho em e para os direitos humanos em uma escola pública de Planaltina GO, bem como analisar o que os professores estão efetivamente trabalhando em consonância com o PPP, e se este responde aos seus anseios.

Uma das principais características do mundo atual são: a globalização; a qual nos traz dois fenômenos paradoxais, primeiro a homogeneização dos espaços da sociedade com todos os prejuízos advindos desse processo como imposição de estilos de vida internacionais e ideais de consumo, e segundo a ampliação das desigualdades. Outra característica atual é a mundialização, com a eliminação de fronteiras, culturais, econômicas e políticas. Pode-se ainda caracterizá-lo pelo desenvolvimento científico, especialmente das tecnologias de informação, possibilitando o acesso simultâneo de acontecimentos e dados. Essa facilidade e velocidade de informações evidenciam as diferenças culturais e não raramente o etnocentrismo se mostra através do estranhamento e não aceitação do modo de vida do outro. Nesse sentido, estamos vivendo a era da complexidade e isso reflete diretamente na educação, esta entendida como um fenômeno multifacetado, pois acontece em vários lugares e de diferentes formas (Libâneo, 2005).

A educação pode ser compreendida, em sentido estrito, como uma prática social mediada por situações em um determinado tempo e espaço, de forma intencional ou não. Em um aspecto mais abrangente, pode-se considerar, como uma prática ocorrida em qualquer espaço, espontaneamente, em um processo social que acontece ao longo de toda vida. É uma “situação social de aprender- ensinar- aprender” (BRANDÃO, 2006). Para resumir esse conceito tão abrangente: é toda relação na qual se ensina ou se aprende algo, num movimento circular, pois nesta relação o ser humano educa-se e desenvolve-se permanentemente. Finalmente, podemos entender a educação como não sendo produto exclusivo da escola, pois pode acontecer de pais para filhos, entre colegas, dentre infinitas possibilidades.

Contudo, é na escola onde ela acontece de forma sistematizada com profissionais habilitados para ensinar ou gerir o sistema educativo. A escola possibilita a aprendizagem de conteúdos e habilidades necessárias para a vida em sociedade. A sociedade de hoje é extremamente complexa, e aos profissionais da educação cabe oferecer a base para compreensão dos problemas atuais, trazendo para a escola os problemas locais, e dentro do

processo pedagógico ir oferecendo ferramentas que permitam um entendimento mais amplo. Além de ensinar conteúdos, a escola também se ocupa de tornar o sujeito capaz de agir para a transformação pessoal e social. Em suma, seu papel fundamental é preparar para o exercício consciente da cidadania. Nesse sentido, a educação escolar é um ato intencional no qual se exige conhecimento técnico, mas também comprometimento com a função social dos sistemas de ensino. Ao pesquisar sobre os objetivos da escola de hoje, nota-se a existência de certo consenso entre os autores, em atribuir à escola a responsabilidade de garantir a aprendizagem de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade. O seu papel, portanto, é assumir o compromisso de formar cidadãos conscientes, capazes de apreender os acontecimentos da sua realidade, compreendê-los e posicionar-se com vistas ao bem comum. Ao educador que assume a escola como sendo um agente de transformação social é necessário enxergar seus alunos de forma integral, como pessoas em desenvolvimento, que precisam de conhecimentos capazes de instrumentalizá-los no prosseguimento dos estudos, bem como de formação humana. Todos têm direito a uma educação sólida e significativa, onde possam ser formados para a vida.

Nesse sentido, exercendo seu papel de garantir a inserção nas funções sociais, a escola deve estar ciente da complexidade atual, tais como: velocidade das informações, hegemonia cultural de países mais ricos, violência contra grupos diversos, discriminação e outros fatores postos na sociedade.

## **Capítulo 1- A educação em e para os direitos humanos**

### **1.1- Breve Histórico**

A educação é um direito de todos, e é por meio dela que nos humanizamos e apreendemos a cultura, que transformamos a nossa realidade; ou seja, a educação é o meio mais democrático de acesso às melhores condições de vida. Uma sociedade que se propõe ser justa, têm o papel de oferecer uma educação de qualidade.

Para compreender a relação entre a educação e os direitos humanos, se faz necessário saber um pouco do contexto de seu surgimento. Desde 1789, quando os revolucionários franceses passaram a proclamar sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, os direitos humanos só tornaram-se mais respeitados (Trindade, 2011, p.15). A França do século

XVIII encontrava-se em crise generalizada: econômica, política, fiscal e social; neste cenário tona-se clara a degradação da nação. O país acabara de sair derrotado da Guerra dos Sete Anos e já estava se envolvendo na guerra da independência americana. A guerra consumiu as reservas do Tesouro, os empréstimos aumentaram consideravelmente a dívida, os gastos desnecessários com ostentação da corte e a inflação, contribuíram para um cenário desolador.

A monarquia tentou impor aos aristocratas medidas que claramente os deixavam em desvantagem, ou seja, eles continuariam pagando a ostentação da coroa. Contudo, os aristocratas reuniram-se e elaboraram um plano de contenção de despesas, além de exigir a partilha do poder. A monarquia, não querendo abdicar de seu poder, adotou medidas para reprimir os insubordinados. A reação dos nobres ao absolutismo da coroa foi expressiva e esta viu-se obrigada a recuar, aqueles já começavam a utilizar o discurso de direitos individuais e naturais, logo a desmoralização da coroa ficou evidente.

Além da luta dos nobres para participar do poder e manter seus privilégios o povo começava a mobilização, o desemprego, a alta dos preços, a fome e a falta de alimentos demonstravam claramente a crise institucional da coroa. Esta tenta manter o poder absoluto, mas a crise se alastrava por toda a França. Os discursos eram inflamados e falavam sobre a liberdade e igualdade.

O fim do absolutismo acontece em junho de 1789, quando os Estados Gerais adotam o nome de Assembleia Nacional Constituinte e apresentaram uma primeira versão do que viria a ser a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Trindade, 2011, p.53). Os privilégios da coroa e da monarquia foram derrubados por resoluções da Assembleia, contudo a verdadeira transformação na realidade social foi um processo mais longo e complexo, cujos desdobramentos não fazem parte do objeto de estudo do presente trabalho.

Tal declaração foi o ponto de partida para a elaboração da Constituição da agora República da França. Apesar do movimento contra o absolutismo e ideais iluministas, a Declaração era mais uma luta contra a hierarquia e privilégios dos nobres do que um movimento em busca de isonomia e democracia (Trindade, 2011).

Outras Constituições foram elaboradas na França, as mesmas não estarão aqui descritas pelo fato de desvirtuarem o objetivo do trabalho, pois pretende-se demonstrar o contexto de lutas e movimentos da sociedade para o surgimento de um documento com os anseios do povo.

Outro marco importante na história dos Direitos Humanos foi a Convenção de Genebra, na qual 16 países europeus reuniram-se para estabelecer princípios mais humanos no tratamento de soldados feridos em combate.

O fascismo, o holocausto e a Segunda Guerra Mundial deixaram marcas profundas na história, a violação dos direitos humanos foi evidente.

O nazismo e os demais fascismos legislaram e agiram contra a humanidade, praticaram a políticas racistas, xenófobas e imperialistas, dividiram pessoas e populações entre as quais deveriam viver e as quais precisariam ser abolidas, tentaram o extermínio, por métodos industriais, de povos inteiros, e levaram sessenta milhões de seres humanos a morrerem durante a guerra que deflagraram (Trindade, 2011, p. 185).

Com a esperança de achar soluções para o terrível cenário do fim da Segunda Guerra, 50 países reuniram-se em São Francisco e formaram a Organização das Nações Unidas para promover e proteger a paz. Os ideais da organização forma descritos no preâmbulo de sua carta proposta: “*Nós os povos das Nações Unidas estamos determinados a salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes na nossa vida trouxe incalculável sofrimento à Humanidade*”<sup>1</sup>.

Em 1948, uma nova comissão elaborou o rascunho do que viria a ser a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta foi adotada pelas Nações Unidas em dezembro deste mesmo ano.

Neste pequeno recorte histórico percebe-se a evolução desses direitos e como eles estão acompanhados de lutas contra violações.

Após a Declaração Universal surgiram outros documentos com o objetivo de proteger direitos violados, tais como direito das mulheres, deficientes físicos e outros.

## **1.2- Direitos Humanos e Educação**

Charlot, (2006, p. 15 apud Pulino, 2014, p.1) coloca a educação como um “*triplo processo de humanização, socialização e entrada numa cultura, singularização-subjetivação*”. Educa-se uma pessoa com suas singularidades ao passo que este singular

---

<sup>1</sup> <http://www.humanrights.com>< acessado em 25/10/2015>.

crece em uma cultura e faz parte da sociedade. A autora considera as três dimensões indissociáveis, pois não é possível educar uma pessoa fora do contexto de uma cultura e pertencente à sociedade.

A educação é um processo cíclico e acontece por toda a vida, como já descrito, ela acontece em todos os lugares e na escola de forma sistematizada. Ela reflete os conflitos e paradigmas da sociedade, assim como a sociedade atual é complexa a educação também é.

No presente trabalho, o foco é educação sistematizada, ou seja, àquela oferecida pelas instituições educacionais.

Sabe-se que a criança nasce e a partir da interação com o outro vai absorvendo e apreendendo a cultura, os costumes, valores da cultura; a interação tem papel fundamental no aprendizado, pois somos seres sociais e é por meio das relações que vamos desenvolvendo nossas capacidades cognitivas bem como nossa subjetivação.

A construção do conhecimento, em instituições educacionais, acontece por meio da interação entre professores e alunos, contudo o professor não é o único que ensina, pois a interação na sala de aula permite um aprendizado mútuo. O professor é o mediador, pois sistematiza e seleciona os conteúdos socialmente construídos e introduz o aluno às produções culturais.

Os alunos internalizam esse conjunto de símbolos da cultura, construindo conhecimento e se constituindo como sujeitos. Juntos, cada um no seu papel, apropriam-se, ativamente, desse legado das gerações passadas e o (re) constroem, contextualizando-o à sua realidade e atribuindo-lhe um sentido pessoal (PULINO, p.9, 2015).

Assim, e ainda considerando o pensamento de Pulino (2015, p.9), o sujeito apreende os ideais de “seus antepassados” e se comunica com os mesmos através da produção científica e cultural. Contudo, a educação deve ocupar-se de habilitar o sujeito à compreensão dos contextos e motivações de tais produções.

O professor ao mediar e selecionar a produção para ministrar suas aulas, precisa ater-se sobre a relevância dos mesmos para os seus alunos. Uma educação que se proponha ser democrática e plural deve considerar os aspectos acima descritos, o aluno aprende e internaliza conceitos, atitudes e valores por meio da interação com o outro. Dessa forma, se

ele convive em um ambiente com respeito à diversidade, as singularidades, às pluralidades culturais, enfim, em um ambiente coerente com a dignidade humana, ele irá internalizar esses princípios, e tornar-se um multiplicador.

Portanto, aos educadores ocupados em construir uma sociedade mais justa e solidária, faz-se necessário a reflexão dos aspectos acima descritos.

Pensando na construção de um caminho para essa reflexão, toma-se como objetivo geral identificar como a educação em e para os direitos humanos é trabalhada na Escola Municipal Professor Francisco Alan, localizada em Planaltina GO. Para alcançar tal objetivo desdobram-se os específicos:

- 1) Identificar as concepções acerca de direitos humanos entre professores do ensino fundamental.
- 2) Identificar como os professores trabalham a questão em sala.
- 3) Investigar se o Projeto Político Pedagógico contempla os direitos humanos e se o mesmo atende as necessidades da escola.
- 4) Construir uma proposta levando a reflexão sobre a presença da Orientação Educacional na construção de uma proposta coerente com a realidade e sugestões dos professores entrevistados.

## Capítulo 2: Pesquisa Qualitativa

Maciel e Silva (2014, p.5), no Módulo V Seção 1, traz o professor como construtor de conhecimentos, essa construção tem como objetivo a interferência e ação na comunidade na qual atua com vistas a melhorar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Para a construção de coleta de informações, utilizou-se a pesquisa qualitativa, com uso de um questionário semi-estruturado. Tal método foi utilizado, pois o mesmo abre espaço para o diálogo, para Maciel e Silva (2014, p.20) tem um “caráter construtivo-iterativo”. É um método que permite colher informações, ao passo que as fornece, as autoras acima citadas usam o termo “retroalimentação” para definir essa troca/interação.

Dessa forma, o objetivo não é somente o de coleta, mas sim de fornecer subsídios para a reflexão da prática pedagógica voltada para a educação em e para os direitos humanos.

A entrevista contribui com os objetivos da pesquisa, pois segundo Gil (1994, p.273) é uma técnica adequada para coletar informações sobre o que as pessoas “*sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas*” (Selltiz ET al. In: Gil, 1994, p. 273).

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro previamente elaborado, as mesmas funcionaram como um diálogo reflexivo, e durante a realização surgiram outras perguntas e questionamentos. Para Gil (1994, p. 110), a flexibilidade da entrevista é uma das vantagens de utilizar tal instrumento.

Além das entrevistas, em primeiro lugar foi realizado um levantamento teórico para compreender o contexto do surgimento dos direitos humanos, bem como sua ligação com a educação e práticas democráticas, seguiu-se com a descrição da comunidade e análise das entrevistas.

### 2.1- Descrição da Comunidade

A Escola Municipal Professor Francisco Alan está situada na área urbana periférica. Sua clientela é formada por uma comunidade carente de recursos materiais, de informação, de saúde, de segurança e diversas outras mazelas impostas pela privação econômica e atendimento insuficiente do Estado.

A convivência com os alunos e pais demonstra a falta de estrutura familiar, fato que pode contribuir para a evasão escolar e retenções e consequentemente para a distorção idade/série. Alguns pais enxergam a escolarização como um importante processo de transformação e superação da situação atual, essa forma de pensar reflete no desenvolvimento escolar de seus filhos, pois percebo esses alunos como mais interessados. Outros pais, não valorizam a escola e não escondem o motivo pelo qual seus filhos “ainda” estão matriculados: o recebimento da bolsa família. Esses alunos são desinteressados, indisciplinados e geralmente apresentam defasagem idade- série.

A escola atende os níveis e modalidades de ensino, apresentados da seguinte maneira:

- **Educação Infantil:** G5 (Pré-Escola).
- **Ensino Fundamental:** 1º ao 5º ano nos períodos matutino e vespertino, 6º ao 8º ano nos períodos matutino e vespertino.
- **Educação Especial/Inclusão:** Em caráter inclusivo nas Classes Regulares.

A estrutura física conta com 17 (dezessete) salas de aula, 01 (uma) Secretaria, 01 (uma) Sala de Direção, 01 (uma) Sala de Professores, 01 (uma) Sala de Informática, 01 (sala) Sala de Recursos, 01 (uma) Sala de Leitura, 01 (um) Banheiro para funcionários, 12 (doze) Sanitários para alunos sendo 6 femininos e 6 masculinos com chuveiro, 01 (uma) quadra poliesportiva sem cobertura, 01 (um) pátio, 01 (uma) cozinha e 01 (um) depósito.

### **Capítulo 3: Procedimentos de Construção de Informações**

#### **3.1-Análise Documental**

##### **3.1.2- A importância do Projeto Político Pedagógico na construção de uma educação em e para os direitos humanos.**

O Projeto Político Pedagógico é um importante instrumento no alcance dos objetivos das instituições de ensino, e consequentemente na construção de uma sociedade mais justa e isonômica.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ( Lei 9394/96), traz em seu décimo segundo artigo a elaboração e execução da sua proposta pedagógica como incumbência dos estabelecimentos de ensino.

Contudo, ele não pode ser entendido como mero cumprimento do dispositivo legal. Deve ser entendido como um “importante mecanismo de trabalho coletivo, que permite a constituição da identidade da escola, de posicionamentos políticos e diretrizes de trabalho coerentes com a realidade” (Chagas e Pedrosa, 2015, p.1).

Chagas e Pedrosa (2015), trazem ainda três dimensões do Projeto Político Pedagógico, permitindo, dessa forma, uma melhor compreensão desse instrumento:

- 1) Planejamento: Superar as dificuldades do passado elementos norteadores e resignificadores de ações futuras. Não é um documento acabado, a sua construção é constante e pode ser adaptado de acordo com as demandas do dia a dia.
- 2) Posicionamento Político: um dos compromissos da educação escolar é formar cidadãos atuantes e transformadores da realidade na qual vivem, assim o posicionamento político é pertinente com tal compromisso. A proposta de uma educação mais humana e plural orienta-se com o tipo de pessoas que se pretende formar. Como vemos a sociedade de hoje? O que podemos fazer pra mudar? Quais serão as propostas para o alcance do almejado? As autoras acima citadas, acreditam na possibilidade de busca de um caminhar contra a dominação e preconceitos, e a adoção de práticas humanas com respeito as diferenças.
- 3) Dimensão Pedagógica: A seleção e adaptação de conteúdos deve ser pensada segundo a necessidade e realidade da clientela atendida. Aqui é preciso pensar nas habilidades necessárias para a atuação efetiva na sociedade, bem como na formação de valores, ou seja, a subjetividade dos alunos não deve ser preterida em prol de conteúdos e nem os conteúdos ministrados sem observar a formação subjetiva. Dessa forma, a participação da comunidade constitui-se fundamental para a instituição escolar conhecer/reconhecer sua clientela. O que eles esperam da escola? Quais são seus anseios e necessidades? A observação desses questionamentos permite a construção de uma proposta coerente com a necessidade local. Assim, é uma construção coletiva e cada instituição deve elaborar o seu, pois ele nasce da realidade e cria uma identidade formada pelos anseios dos atores participantes.

Contudo, apesar da descrição na Lei nº 9394/96, sabe-se que em muitas escolas ele é um documento de gaveta, elaborado sem a devida participação da comunidade. Na Escola Municipal Professor Francisco Alan, a realidade está aquém da proposta acima descrita. A

construção coletiva do Projeto Político Pedagógico não acontece, em primeiro lugar porque a Secretaria Escolar, representada pela Inspeção Escolar, não permite a liberação dos alunos com 75% de aula para que as discussões sejam realizadas, ferindo o princípio que eles mesmos descrevem como autonomia pedagógica e administrativa da unidade escolar. A Secretaria Municipal libera apenas um dia, ou seja, considerando os 75% de aula temos apenas uma hora e meia para discutir o projeto. E em segundo lugar porque a gestão e professores não valorizam esse importante instrumento de participação, consideram o PPP como um mero documento, algo que dá trabalho e deve ser entregue na secretaria de educação no prazo previsto.

O nosso projeto foi elaborado em 2014, e para tal os pais foram chamados para uma única reunião a fim de opinarem sobre novas regras disciplinares. Foi decidido que o uso do celular e boné estavam proibidos. Os professores, servidores administrativos, merendeiros e servidores de serviços gerais não participaram dessa reunião. A participação dos professores no projeto se resumiu a sugestões escritas, pois não foi disponibilizado tempo e espaço para debate, aos servidores administrativos e serviços gerais não foi dada nem mesmo a possibilidade de opinar de forma escrita. Nesta pequena descrição já contamos com o não cumprimento de dois princípios: a valorização dos profissionais da educação e ações que favoreçam o exercício da cidadania.

Concluindo, o Projeto Político Pedagógico, como já descrito, deve explicitar seus ideais políticos, assim a escola que se propõe comprometer-se com os princípios democráticos, deve ocupar-se de refletir a complexidade atual com suas contradições, injustiças, exploração, dominação, violência, não aceitação da cultura alheia e outras mazelas da atualidade. Nesse sentido, uma educação mais humana e plural torna-se coerente com as mudanças sócias almejadas pela educação. Assim, segue-se a análise do Projeto Pedagógico da Escola Municipal Professor Francisco Alan no que tange a educação em e para os direitos humanos.

### **3.1.3 Os Direitos Humanos no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Francisco Alan.**

A apresentação do Projeto traz elementos coerentes com a educação ocupada com os princípios democráticos, pois a escola assume como missão oferecer uma escolarização de qualidade com vistas a formar cidadãos críticos e atuantes.

A educação de qualidade aliada a sua valorização é capaz de colocar nossos alunos em nível de competitividade no mercado de trabalho no futuro, assim transformando a realidade da comunidade e do bairro em que estão inseridos (Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Professor Francisco Alan, p.1).

Ainda na apresentação o Projeto menciona preocupação em atender os alunos com necessidades educacionais especiais:

Oferecer uma educação com base sólida, interessada pela melhoria de qualidade do serviço prestado e comprometida a transformar a escola em um ambiente prazeroso para nossos alunos, bem como acessível para atender com dignidade as crianças com necessidades educacionais especiais, bem como, toda a Comunidade Escolar (Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Professor Francisco Alan, p.2).

Ainda na apresentação o Projeto traz o respeito às diferenças ideológicas e culturais:

Pretendemos nos tornar uma escola valorizada pelas soluções inovadoras relacionadas à qualidade de ensino. Respeitando nossos educandos socialmente, valorizando diferenças ideológicas e culturais para que sejam capazes de agir conscientemente em sociedade (Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Professor Francisco Alan, p.2).

Em seus objetivos fica claro a preocupação com a formação de valores e a formação para a vida:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia a dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, com respeito mútuo, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e tomar decisões coletivas (Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Professor Francisco Alan, p.13).

Nota-se também a preocupação em inserir e garantir igualdade de acesso à educação dos portadores de necessidades educacionais especiais:

Reconhecer que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Professor Francisco Alan, p.13).

O Projeto traz ainda dois projetos relacionados à temática, a descrição é breve e vaga, não descreve adequadamente a justificativa, objetivos e procedimentos:

**Projeto Desligando a Violência Conectando a Paz** – Promover a cordialidade e criar laços de afetividade e outros valores, consequentemente diminuir a violência (Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Professor Francisco Alan, p.54).

**Projeto Consciência Negra** – Este projeto visa desmitificar os preconceitos relativos aos costumes da cultura africana, valorizando a Cultura Negra na escola e na sociedade para depois fazer uma avaliação da situação do negro no Brasil ontem e hoje e também estabelecer propósitos que favoreçam seu presente e futuro. (Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Professor Francisco Alan, p.55).

Percebe-se a presença temas relacionados aos direitos humanos no Projeto Político Pedagógico da escola, contudo os professores os desconhecem e não participam plenamente de sua elaboração. No capítulo seguinte segue a descrição das entrevistas, pode-se, portanto confirmar o desconhecimento desse importante documento.

### **3.2-O que dizem os professores**

#### **a) Formação e atuação:**

Professora 1: Pedagoga, 14 anos de experiência, 3 anos na unidade escolar, atua no ensino fundamental 1.

Professora 2: Licenciada em Química, 14 anos de experiência, 9 anos na unidade escolar, atua no ensino fundamental 2.

Professora 3: Pedagoga, 5 anos de experiência, 3 anos na unidade escolar, atua com alunos com necessidades educacionais especiais.

#### **1. Concepções a cerca do conceito de Direitos Humanos.**

Duas das três professoras entrevistadas definiram os direitos humanos como um conjunto de leis que exprimem direitos e deveres dos cidadãos. Tal concepção, segundo Carbonari

(2008, p.35), é a chamada positivista na qual entende esses direitos como “aqueles inscritos em códigos e legislações”.

Em resumo, a ideia defendida pelos adeptos da teoria dos direitos fundamentais é que somente são direitos humanos exigíveis aqueles que forem incorporados na legislação como direitos fundamentais, fora desta possibilidade os direitos humanos não têm força mais do que como orientação doutrinária e moral (Carbonari, 2008,p.35).

Como já descrito ao longo do presente trabalho, a pesquisa qualitativa e entrevistas permitem um diálogo interativo, dessa forma, após os entrevistados descreverem suas concepções e dado a flexibilidade da metodologia adotada e a intenção em realizar uma pesquisa interventiva, na qual temos a possibilidade de investigar os problemas da ação pedagógica, concomitante com a busca de caminhos possíveis para a solução (Soares e Pulino, 2015, p. 07); seguiu-se uma explicação sobre a concepção mais adequada com a educação em e para os direitos humanos.

Carbonari (2010), descreve tal concepção como histórico crítica, onde os direitos humanos são entendidos “*como uma construção histórica marcada pelas contradições e condições da realidade social*”. Esta traz coerência com os objetivos da escola: como exemplo a transformação social e consequentemente superação das condições inadequadas de vida. Considera o atendimento de condições para o alcance da dignidade no sentido de efetivar e fortalecer os princípios democráticos, enfim é uma luta permanente contra a opressão e exclusão (Carbonari, 2010, p. 37).

## **2. Trabalham os direitos humanos em sala?**

Como já descrito ao longo do presente trabalho, a pesquisa qualitativa e entrevistas permitem um diálogo interativo, dessa forma, após os entrevistados descreverem suas concepções e dado a flexibilidade da metodologia adotada e a intenção em realizar uma pesquisa interventiva, na qual temos a possibilidade de investigar os problemas da ação pedagógica, concomitante com a busca de caminhos possíveis para a solução (Soares e Pulino, 2015, p. 07); seguiu-se uma explicação sobre a concepção mais adequada com a educação em e para os direitos humanos. Essa ação se fez necessária pois os entrevistados precisavam compreender o conceito para descreverem suas atividades em sala.

Carbonari (2010), descreve tal concepção como histórico crítica, onde os direitos humanos são entendidos “*como uma construção histórica marcada pelas contradições e condições da realidade social*”. Esta traz coerência com os objetivos da escola: como

exemplo a transformação social e consequentemente superação das condições inadequadas de vida. Considera o atendimento de condições para o alcance da dignidade no sentido de efetivar e fortalecer os princípios democráticos, enfim é uma luta permanente contra a opressão e exclusão (Carbonari, 2010, p. 37).

Percebe-se que apesar dos professores entrevistados não terem uma concepção adequada dos direitos humanos na educação, os adotam em atitudes e conteúdos.

A professora 3, descreve sua atuação junto aos alunos com necessidades educacionais especiais como um trabalho coerente com a temática, pois a adequação curricular e a inserção desses alunos em classes regulares garante o direito de acesso a educação.

### **3- Os direitos humanos no Projeto Político Pedagógico da escola e seu atendimento quanto às necessidades da mesma. Sugestões de novas abordagens.**

Professora 1: Identifica a temática no projeto da Consciência Negra, mas julga que seria mais coerente com a necessidade da escola um projeto sobre bullying, pois relata constantes situações de apelidos preconceituosos quanto a compleição física ( magro, gordo, alto, baixo e outros), quanto a orientação sexual, condição econômica, capacidade cognitiva e outros.

Professora 2: Identifica a temática apenas no projeto da Consciência Negra, contudo declara o não atendimento às necessidades da escola, pois a abordagem é superficial e não se sente preparada para trabalhar com a diversidade. Destaca a importância de uma preparação para atuar em relação à diversidade sexual. Sugere cursos de formação, pois não se sente preparada para lidar com certas situações.

Professora 3: Não identifica pois declara não ter lido o Projeto da escola, mas não percebe na cultura organizacional da escola. Relata a importância de um trabalho preventivo com palestras para os alunos e pais, pois segundo a mesma os alunos estão chegando na escola sem a educação familiar. Para ela essa falta de estrutura familiar afeta o comportamento em sala, e desencadeia comportamentos inadequados, como: agressões físicas e verbais, falta de respeito às regras, professores e colegas, e outros. Segundo a entrevistada, o peso maior na educação é da família e a escola fica a cargo da instrução. Ela pensa que a instituição pode contribuir promovendo palestras e oficinas para a família com o objetivo de promover reflexões sobre a educação dos filhos.

Pulino e Soares, no módulo sobre Diversidade e Ambiente Escolar, citam Arendt, o pensamento da filósofa fala da responsabilidade dos pais no tangente a educação e

desenvolvimento de seus filhos, além de terem responsabilidade “ pela continuidade do mundo”(ARENDT apud Pulino e Soares, 2014, p.3).

Como já descrito, o desenvolvimento da criança acontece por meio de sua interação com o mundo. E ela reproduz esse aprendizado, por tal motivo Arendt fala da responsabilidade na continuação do mundo. Pulino e Soares (2014) ajudam nessa reflexão: *“Assim como cada um de nós ganha vida e é acolhido ao mundo humano por alguns humanos mais velhos e mais experientes, é esperado que, num momento futuro, cada um de nós, já acolhido e em processo de educação, venha a acolher outros”* (Pulino e Soares, 2014,p.3).

A forma de pensar da professora é coerente com a fala de Arendt e Pulino e Soares, pois os alunos reproduzem o modo de agir e pensar de acordo com o que aprenderam em casa, contudo apesar da função da escola ser de instruir não se pode fechar os olhos para as demandas. Se o objetivo da instituição é formar pessoas críticas e atuantes na sociedade, ocupar-se em transmitir valores é fundamental para alcançar o objetivo.

Nesse sentido, depois das trocas durante a entrevista a professora admite a necessidade de uma co-responsabilidade, onde família e escola podem trabalhar juntas em prol do bem comum.

Finalmente, a entrevistada sugeriu que o currículo da escola deveria conter o ensino de direito constitucional em todas as fases da educação básica, para a mesma é preciso conhecer as leis para exercer plenamente a cidadania, seja no sentido de buscar seus direitos quanto no de respeitar os direitos do outro.

#### **Capítulo 4: Construção de uma proposta.**

De acordo com a entrevista realizada, percebe-se a importância da presença do Orientador Educacional na escola, pois de acordo com estudos, a principal função desse profissional na atualidade é atuar como um mediador entre a sociedade e a escola incluindo as questões surgidas dessa relação. Das quais podemos destacar: o bullying, conflitos entre alunos e professores, entre gestores e professores, problemas que os alunos trazem de casa; como agressividade dos pais, falta de limites, falta de apoio, desestrutura familiar; homossexualidade e diversos outros indicadores de diversidade.

Contudo, nota-se nas escolas públicas uma crescente diminuição desses profissionais, talvez por economia por parte do estado, tal assunto pode ser objeto de estudos futuros. Assim, os professores têm várias turmas e a cada ano estão mais cheias, comumente chegam

ao fim do ano letivo sem conhecer todos os alunos, ou seja, estão atarefados e sobrecarregados e o currículo precisa ser seguido. A equipe gestora ocupa-se dos aspectos burocráticos e também é afetada pelo número reduzido de pessoal. O coordenador pedagógico, no caso da escola onde realizou-se a pesquisa, ou está em sala cobrindo a falta de professores, ou atendendo alunos indisciplinados, pais e diversas outras demandas. Assim, surge a questão: os professores ensinam, a gestão ocupa-se de aspectos burocráticos, e quem está ocupado com a vida, com os direitos, com o subjetivo dos alunos? Seria possível e eficaz os professores sobrecarregados atuarem tanto com o lado objetivo quanto o subjetivo sem qualquer mediação?

Dentro desse recorte mínimo da realidade escolar, pode-se perceber a necessidade de um mediador, este pode atuar ligando a escola e a vida dos alunos, os alunos e professores, gestão e alunos, pais e escola, escola e sociedade, enfim ele pode atuar com mais eficácia na complexidade da atualidade, pois a sua formação permite uma visão abrangente da comunidade escolar e como já descrito sua principal função é ser um mediador.

A Orientação Educacional pode ser entendida como um processo ativo, em constante movimento, não é um serviço interno restrito ao espaço da escola, ao contrário ela projeta-se para além dos muros escolares, pois realiza o elo entre comunidade e instituição de ensino. O trabalho do Orientador Educacional volta-se primordialmente para o educando, posto a responsabilidade de formar cidadãos, de fazer valer o caráter democrático da educação, considerando sempre lado subjetivo, a integralidade do ser humano (GRISPUN, 2003, p.109).

No trabalho junto aos professores a Orientação Educacional pode ajudar a manter uma permanente reflexão crítica da prática pedagógica juntamente com os mecanismos e processos partícipes desse processo. Dessa forma, a verificação do alcance dos objetivos da escolarização, estarão em constante avaliação e construção de novos caminhos e metas (GRISPUN, 2003, p.116).

No trabalho com os pais, funcionários e comunidade, deve-se destacar a importância do papel de cada um no desenvolvimento do trabalho pedagógico. O orientador busca promover a identidade profissional, a auto-estima, ou seja, mostrar que todos têm um papel salutar no bom desenvolvimento da organização escolar. Fazer com que os pais sintam o desejo de participar do cotidiano escolar, promover espaços onde eles possam colocar seus anseios e suas insatisfações (GRISPUN, 2003, p.116), promover rodas de discussão afim de instruir e ajudar os pais na tarefa de educar.



Enfim, na busca de uma definição para o que é um Orientador Educacional, podemos inferir das funções acima arroladas que ele é um mediador entre alunos, pais, professores e sociedade. Segundo Giacaglia e Penteado (2010), *“é um profissional técnico, da área de educação, que exerce uma profissão de apoio a pessoas e, portanto, de natureza assistencial.”* Ainda segundo esses autores o trabalho desses profissionais deve estar voltado principalmente para o *“bem estar e felicidade”* dos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino onde atuam. O aluno deve ser considerado como um todo, e não apenas como um sujeito que deva ser ajustado e ensinado.

Dessa forma, o serviço de Orientação Educacional é importante na construção de uma educação de qualidade, visto que se ocupa não só da competência técnica da comunidade, mas também com o subjetivo. Assim ela se constitui em um importante instrumento em uma educação em e para os direitos humanos.

Na pesquisa realizada, a última pergunta foi direcionada para o papel do Orientador Educacional na escola, os três professores entrevistados indicam a função de um mediador dos conflitos. E descrevem como muito importante sua presença na escola, pois este pode participar mais de perto dos conflitos e orientá-los quanto a melhor forma de agir no sentido de garantir o bem estar de todos.

## **Capítulo 5 - Considerações Finais**

Considerando as entrevistas e trabalho no dia a dia da escola onde atuo e, portanto na qual se realizou a pesquisa, nota-se o desconhecimento de uma educação voltada para os direitos humanos. Os professores mostraram uma concepção positivista desses direitos e não o associam com uma prática cotidiana. Aqui, a necessidade da formação torna-se evidente, seja na inclusão de disciplinas orientadas para a construção de uma educação em direitos humanos em currículos das licenciaturas, seja na inclusão na formação continuada oferecidas pelas secretarias de educação.

Apesar da presença, ainda de maneira tímida, da inclusão dos direitos humanos no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Francisco Alan, o

desconhecimento do mesmo por parte da comunidade escolar é um problema, pois o trabalho torna-se desintegrado e as ações dispersas.

Outro problema encontrado foi a constatação da pouca importância atribuída ao Projeto da escola, os professores não o conhecem na sua totalidade e a equipe gestora não o divulga como deveria. Além deste não atender as reais necessidades da escola, como por exemplo, a inclusão de um projeto de combate ao bullying; sugerido por um dos entrevistados.

De acordo com as entrevistas, percebeu-se a falta de um trabalho que integre a comunidade e atue de forma sistemática e preventiva na busca de um clima organizacional mais humanizado.

Embora a presença do Orientador Educacional tenha surgido como uma proposta, e seja percebida como um importante instrumento na garantia de uma educação de qualidade, portanto, atrelada aos princípios democráticos, entende-se que a sua ausência não pode ser considerada como um empecilho no oferecimento de uma educação mais humana e solidária, na qual todos recebam condições igualitárias sem distinção de condição econômica, cor da pele, opção sexual, religião, ou qualquer outro tipo de diversidade.

Devido ao crescente enxugamento de pessoal por parte do Poder Público, a figura do Orientador Educacional tem deixado de estar presente nas escolas. Em nossa comunidade, tal realidade não é diferente. A Secretaria Municipal de Educação não conta com esse serviço. Por volta de dois anos atrás contávamos com o Orientador Itinerante, ou seja, um profissional atendia várias escolas. Contudo, atualmente a secretaria não mais o oferece. Em estudos futuros pretendo estudar como foi o funcionamento do serviço e o motivo pelo qual ele foi extinto.

Como já relatado, a ausência deste profissional não pode ser motivo para a busca de um trabalho mais humano, a escola pode superar os problemas encontrados. Quanto ao Projeto Político Pedagógico podemos organizar reuniões com a comunidade, a comunidade precisa se sentir parte do processo para valorizá-lo. Acredito na construção de uma proposta transformadora, que inclusive venha inspirar a Secretaria Municipal no sentido de ajudar as escolas a efetivarem a construção de suas propostas, pois o envolvimento dos atores da escola é também indicador de qualidade.

A escola Professor Francisco Alan, como já descrito atende do G5(alunos com 5 anos) até o 8º ano do Ensino Fundamental, como o estudo foi realizado na primeira e segunda fase do Ensino Fundamental e Inclusão, nota-se a diversidade da clientela atendida. Assim, como poderia ser a atuação desse profissional nesses segmentos da educação? Sabe-se que a demanda de um 2º não é a mesma de um 7º, contudo a principal função do Orientador Educacional é ser um elo, um mediador entre os atores da escola. Nesse sentido, sua atuação seria mediando e instrumentalizando os pais, professores, gestores, alunos e demais funcionários a lidarem com os conflitos, com a busca de qualidade, formação de valores, enfim ajudando na busca de uma escola transformadora, plural e democrática.

A pesquisa-intervenção mostrou-se importante, pois permitiu uma visão mais ampla das reais necessidades da escola, bem como a necessidade de superar a falta de participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico da unidade.

A escola encontra-se em fase de reconstrução do mesmo, e o presente estudo será apresentado para a comunidade escolar como subsídio de reflexão.

## 6- Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial** [da União]- Seção 1 - data 23 dez.1996, p. 27833.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2010.

GIACAGLIA, Lia; ANGELINI, Renata.;PENTEADO, Wilma M. A. **Orientação educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**.6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GIACAGLIA, L. R. A. **Orientação Vocacional por Atividades: uma nova teoria e uma nova prática**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GRISPUN, Mirian P. S. Z. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos , para quê?** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, Heloísa. **Planejamento em Orientação Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

<http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/brief-history/the-united-nations.html>  
< acessado em 25/10/2015>

<http://aprender.ead.unb.br/mod/folder/view.php?id=83113>